



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA - TEL

**NOVO ENSINO MÉDIO E A APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PARA O ENSINO DE
LITERATURA: PROPOSTA DE ELETIVA NA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS
TECNOLOGIAS**

ISABELLA DE SALES SILVA

Brasília, DF

2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA - TEL

NOVO ENSINO MÉDIO E A APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PARA O ENSINO DE
LITERATURA: PROPOSTA DE ELETIVA NA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS
TECNOLOGIAS

Trabalho de Conclusão de Curso realizado sob a
orientação da Prof. Dr. Anderson Luís Nunes da
Mata.

Brasília, DF

2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
REVISÃO DE LITERATURA	7
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	12
APÊNDICE A – PROPOSTA DE ELETIVA	15

Novo Ensino Médio e a apropriação de espaços para o ensino de literatura: proposta de eletiva na área de Linguagens e suas Tecnologias

Isabella de Sales Silva¹

Orientação: Prof. Dr. Anderson Luís Nunes da Mata

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo versar sobre discussões e posicionamentos a respeito da reforma proposta pelo Novo Ensino Médio, instituída pela Lei 13.415/2017, e propor uma unidade curricular eletiva de Literatura para itinerário formativo na área de Linguagens e suas Tecnologias. Inicialmente, com base em pesquisa bibliográfica, busca-se discutir os principais entraves trazidos pela proposta e implementação de educação integral, flexibilização curricular por meio dos itinerários formativos e preparação docente. Ademais, propõe-se o projeto para a eletiva com base nos processos de sequência didática elucidados por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), compreendendo-se, num primeiro momento, a importância de todas as ressalvas a uma reforma que favorece a permanência das desigualdades sociais, mas, também, a necessidade de adaptação às mudanças já aprovadas em Lei, apropriando-se da abertura de espaços que podem ser proporcionados para o ensino de literatura pela realização de atividades diversificadas fugindo ao modelo tradicional de aula expositiva.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; ensino de literatura; eletiva; itinerário formativo.

ABSTRACT

The present study aims to analyze discussions and positions regarding the reform proposed to the New High School, established by Law 13.415/2017, and to suggest an elective curricular unit of Literature for a formative itinerary in the area of Languages and its Technologies. Initially, based on bibliographic research, this study discusses the main obstacles brought concerning the proposal and implementation of integral education, curricular flexibility through formative itineraries and teacher preparation. In addition, a project for the elective is proposed based on the didactic sequence processes elucidated by Dolz, Noverraz and Schneuwly (2004), understanding, at first, the importance of all reservations to a reform that favors the permanence of social inequalities, but also the need to adapt to the changes already approved by Law, appropriating the opening of spaces that can be provided for the literature teaching by carrying out diversified activities that differs the traditional model of lecture.

Keywords: New High School; literature teaching; elective; formative itinerary.

¹ Universidade de Brasília.

1. Introdução

Das mudanças ocorridas no Ensino Médio brasileiro até sua obrigatoriedade, verifica-se, nos últimos tempos, a presença de características que retomam os ideais neoliberais do final do século XX. Nesse sentido, as mudanças passaram a admitir uma perspectiva essencialmente mercadológica, com propostas de ensino profissionalizante para a classe trabalhadora dentro de um panorama que favorece a permanência das desigualdades sociais.

Na atualidade, a Lei nº 13.415/2017, que institui e define os parâmetros da Reforma do Ensino Médio, parece sustentar esse pressuposto. As modificações levantadas sem o debate necessário com segmentos pertinentes da sociedade surgiram em meio a um contexto de instabilidade e polarização política, que inflou a revolta desses grupos.

Apresentado em 2013, o Projeto de Lei 8.460 deu início à proposta que se tornou o foco da agenda educacional até os anos posteriores e recebeu apoio, desde o início, de instituições do setor privado. Diante das modificações exibidas no PL e da falta de diálogo com as entidades educacionais, educadores e organizações criaram o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. O movimento gerou a elaboração de um manifesto que, segundo seu próprio texto, se posicionava

a favor de uma concepção de Ensino Médio como educação básica, como educação “de base”, e que, portanto, deve ser comum e de direito a todos e todas. Coloca-se, portanto, contrário às proposições que caracterizam um Ensino Médio em migalhas e configuram uma ameaça à educação básica pública e de qualidade para os filhos e filhas das classes trabalhadoras (ANPEd, 2016a).

O documento explicitava as principais divergências em relação ao projeto e pretendia a revogação das medidas consideradas problemáticas, como a educação em tempo integral, a imprescindibilidade de itinerários formativos e a restrição de idade para o ensino noturno. Todavia, apesar dessas discussões, o PL 8.460/2013 foi interrompido por conta das instabilidades políticas decorridas do processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Roussef em 2015 e sua consubstanciação em 2016.

Noutro ponto, o Plano Nacional de Educação vigente no contexto da Reforma (2014-2024) pressupõe, em sua meta vinte (...) ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez

por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014). Entretanto, com a aprovação da PEC 55, posteriormente conhecida como PEC do teto de gastos públicos, foi determinado o congelamento de despesas do Governo Federal por 20 anos, entre eles os desembolsos com educação e saúde, o que fortaleceu a aversão à reforma que voltou à tona em 2016.

Nesse ano, no meio de toda essa situação, educadores e alunos foram tomados de surpresa pela edição da Medida Provisória 746/2016. Ignorando as manifestações de estudantes e professores e a divulgação de manifestações que expunham a aversão às reformas educacionais, o Governo Federal publicou a medida que, segundo ementa:

Promove alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da educação básica, por meio da criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Amplia a carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, para 1.400 horas. Determina que o ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio. Restringe a obrigatoriedade do ensino da arte e da educação física à educação infantil e ao ensino fundamental, tornando as facultativas no ensino médio. Torna obrigatório o ensino da língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental e nos currículos do ensino médio, facultando neste, o oferecimento de outros idiomas, preferencialmente o espanhol. Permite que conteúdos cursados no ensino médio sejam aproveitados no ensino superior. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Dá autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC (BRASIL, 2016).

Esse descompasso entre a PEC e o que estava preconizado no PNE, acrescido da publicação da MP 746 provocou revoltas em todo o país. Paralelamente às discussões acerca desses assuntos, a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estava em discussão, de acordo com o calendário lançado pelo Ministério da Educação (MEC).

Tramitando em caráter de urgência no Senado, a aprovação da medida foi efetivada logo no início de 2017, e a Lei 13.415/17 sancionada em fevereiro pelo então presidente Michel Temer. As discussões em relação à segunda versão da BNCC resultaram em sua aprovação em dezembro de 2018, o que bastava para a implementação do Novo Ensino Médio na data estipulada.

O cronograma anunciado pelo MEC define que o Novo Ensino Médio deve começar a ser implementado de forma progressiva, pelo 1º ano, o que começou no ano de 2022. De acordo com o calendário, até 2024, todas as séries do Ensino Médio já devem estar adaptadas às mudanças da reforma. Portanto, pela efetivação recente, ainda faltam dados conclusivos sobre

os reais efeitos do Novo Ensino Médio para os estudantes e serão consideradas aqui sobretudo as projeções e expectativas baseadas na bibliografia de estudiosos em educação.

Ademais, nesta pesquisa, levando-se em consideração a necessidade de se adequar ao novo sistema, propõe-se um projeto (apêndice A) que poderia ser usado como eletiva para as trilhas de aprofundamento. Compreende-se aqui que, apesar de todas as ressalvas à reforma, sua implementação impele a elaboração de projetos e oficinas que possam ser aplicados nos itinerários formativos, partindo-se da concepção de fazer uso desse espaço para a efetivação de métodos de ensino-aprendizagem fora do modelo tradicional de aula expositiva, os quais possam ser elementares para a formação dos estudantes.

2. Revisão de literatura

O texto da Lei 13.415/17 exhibe várias lacunas quanto à execução das propostas, organização de currículos e atribuição de tarefas. Além disso, o que se nota é que por trás do pretexto de autonomia e melhora nos índices de desempenho, existe uma articulação por um interesse maior: a adaptação dessa etapa da educação básica às necessidades produtivas da acumulação capitalista (SOUZA, 2021).

Em nota com posicionamento sobre a Medida Provisória 746/2016, a Associação Brasileira de Currículo e o GT 12 Currículo da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd, 2016b) evidenciam o equívoco e o caráter autoritário da proposição da Medida Provisória (MP), formulada sem consulta pública efetiva em qualquer instância da sociedade civil e aprovada em caráter de urgência. Sobre este último acontecimento, Ferreti e Silva (2017, p. 392, apud IMMIANOVSKY E SCHREIBER, 2022) assinalam que

a questão na urgência em aprovar a flexibilização se relaciona, na verdade, com dois objetivos centrais, que também se distanciam da educação de qualidade como direito social: por um lado, baratear o ensino público, por outro, terceirizar parte das redes de ensino, ou seja, “as finalidades do ensino médio se encerram em sua adequação ao mercado e atendimento às prescrições de organismos internacionais.

Desde que apresentada, a MP responsável pela Lei que instituiria o Novo Ensino Médio possuía diversos pontos que são foco de discussão por estudiosos da área, sobretudo pelas propostas principais e seus reais efeitos possíveis na formação dos estudantes. Em relação a

elas, destaca-se aqui alguns posicionamentos extraídos de bibliografia que discute especialmente a questão da educação integral, da integração e flexibilização dos currículos por meio dos itinerários formativos e da formação de professores.

De acordo com Silva (2021, apud GARCIA, CZERNISZ e PIO, 2022), a proposta de educação integral, que já era assunto anterior à reforma instituída pela Lei 13.415/17, associada à diluição das disciplinas no currículo, pode ser entendida como “uma ampliação da jornada associada ao aligeiramento, à superficialidade e à simplificação no trato com o conhecimento”. Nesse sentido:

[a] atual proposta de reforma do ensino médio, aparentemente, trata-se de mais uma política na agenda da educação integral que visa muito mais a necessidade de ampliar o tempo do que de ampliar as possibilidades educativas comprometidas com a formação mais completa do educando, demonstrando que o que se deseja é, na verdade, um aluno por mais tempo na escola (SILVA e BOUTIN, 2018).

No texto de Garcia, Czernisz e Pio (2022), é desenvolvida a premissa de que a educação necessária para o Ensino Médio brasileiro é baseada na completude e integração de formação que inclua o caráter emancipador do indivíduo em sua formação cidadã. Desse modo, para além do ideal mercadológico, é necessária a elaboração de políticas públicas que possibilitem uma formação completa e humana do indivíduo, e não uma formação desconexa, utilitarista e que desconsidera a realidade social do aluno, responsabilizando-o integralmente por seu sucesso ou fracasso.

Paralelo a isso, a fragmentação do currículo e sua nova organização é um dos temas de maior discussão por especialistas na área educacional. Com foco na interdisciplinaridade, a BNCC foi dividida num currículo composto por uma “formação geral básica”, constituída pelas disciplinas de língua portuguesa e matemática como obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, e pelas demais disciplinas do antigo currículo diluídas por áreas de conhecimento, a saber

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas. (BRASIL, 2017)

Silva (2020, apud CORRÊA, FERRI e GARCIA, 2022) defende que a organização do currículo, afetada diretamente pela flexibilização, por si só, já se afasta da concepção de educação básica. Por mais que haja a imprescindibilidade de uma formação de base geral, ela

pode se construir livre de bases técnicas e científicas essenciais para a produção do conhecimento por não ser dada a especificidade necessária para determinada área ou pela sua liquefação no meio de outras. A esse respeito, Cássio (apud LACERDA, 2022) afirma que

a diluição e diminuição de ciências que possuem uma rica fundamentação teórica construída ao longo da história, aprofundará ainda mais os problemas atinentes à formação básica dos jovens. Não menos impactante serão os danos epistemológicos e os prejuízos no processo de construção de conhecimentos.

Dessa forma, o conhecimento passa a ser apreendido como soma de habilidades ou junção de informações empregadas de forma adaptada aos interesses de mercado. Para Garcia, Czernisz e Pio (2022), “retomam-se e reforçam-se os ideários dos anos 1990, revigora-se a formação neoliberal alinhada ao mercado, que legitima a reprodução das desigualdades sociais e a manutenção do modo de produção vigente”

Em vista disso, Cássio (apud LACERDA, 2022) ressalta a evidente descontextualização trazida pela reforma, que atribui o fracasso escolar aos alunos, à escola e ao currículo, suprimindo a realidade desafiadora de jovens que enfrentam outras dificuldades relacionadas à sua condição social, financeira e familiar:

o diagnóstico é o de que a culpa por esse fenômeno social é da escola e do currículo da escola. Ninguém está discutindo o que produz o fato de você ter uma grande massa de jovens que estão em uma espécie de limbo. A pobreza, a falta de política pública de permanência na escola. Não tem política de reforma profunda, melhoria real dos salários dos professores, melhoria da escola.

Noutro tópico, além da formação geral básica, foi amplamente debatida a questão da parte optativa, de escolha do aluno, com eletivas que podem ser organizadas em diversas estruturas curriculares, compostas por oficinais, projetos e disciplinas, e divididas também pelas mesmas áreas de conhecimento em que foi organizada a BNCC com o acréscimo do itinerário de formação técnica e profissional.

Ao contrário do que foi divulgado nas propagandas do Governo Federal, a prerrogativa de autonomia dada aos estudantes por meio da escolha dos itinerários se configura inexata porque estes não serão necessariamente escolhidos pelo aluno, e sim dependerão da oferta da escola de acordo com suas condições. Para Castilho (2017, p.5), “[a] premissa de escolha, especialmente em escolas públicas, portanto, é uma ficção, que diante do déficit histórico e estrutural de recursos humanos e físicos nas escolas públicas, não é difícil prever” (apud IMMIAOVSKY e SCHREIBER, 2022).

Assim sendo, considerando-se a desigualdade de materiais e recursos humanos nas escolas públicas e privadas, é válido inferir que a flexibilização gera não uma igualdade de oportunidades, mas sim a manutenção de um modelo educacional que privilegia uma parcela exclusiva da população, visto que “a oferta dos itinerários formativos é, sobretudo, condicionada pelo tamanho das escolas (número de matrículas e de turmas) e pela disponibilidade de força de trabalho docente, e só poderia ser contornado com a contratação de novos professores para além dos módulos previstos nas escolas” (REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE, 2022).

Segundo Silva (2020, p.7, apud CORRÊA, FERRI e GARCIA, 2022), a concepção mercadológica de profissionalização desde a educação básica, por meio do itinerário de formação técnica e profissional, poderia resultar “em uma forma indiscriminada e igualmente precária de formação técnico-profissional acentuada pela privatização por meio de parcerias”. Sobre esse assunto, Immanovsky e Schreiber (2022) acrescentam que a opção por esse itinerário é preocupante, uma vez que

não é predominante na sociedade brasileira a transição do/da jovem para o mercado de trabalho após a escolaridade básica, mas sim o seu ingresso precoce no mercado de trabalho e a conciliação ou sobreposição de estudo e trabalho, por conta da realidade socioeconômica.

Por conseguinte, para que fosse garantida a liberdade de escolha e o foco em área específica de interesse do aluno, seria necessário que houvesse igualdade nas condições físicas e materiais em todas as escolas na disposição dos itinerários. Para tanto, seria imprescindível, sobretudo, a solução de falhas estruturais das escolas, como a desvalorização do trabalho docente e a precarização, a falta de recursos humanos e materiais e a superlotação de salas de aula, o que não foi (e provavelmente não será) feito.

No caso específico da literatura, nunca houve, na realidade, um espaço de trabalho efetivo para a formação de um leitor crítico ou de análise aprofundada do texto literário, mas sim um estudo que valoriza especialmente as particularidades históricas das obras “de forma instrumental, como conteúdo que poderá ser cobrado no exame vestibular ou no concurso público” (ANTUNES, 2015). Pensando nisso, a falta de especificidade da lei sobre o currículo flexibilizado e sobre as atividades que nele podem ser desenvolvidas abre espaço para que se possa ponderar a elaboração oficinas, debates, projetos e estratégias que viabilizem a formação de leitores e o ensino de literatura por meio da apreciação do texto literário em suas esferas concernentes.

Neste trabalho, com o objetivo de desenvolver um projeto proposto para uma eletiva semestral nos eixos de Investigação Científica e Processos Criativos, pensando-se no desenvolvimento de habilidades relacionadas à leitura e escrita, escolheu-se fazer uso da sequência didática², visto que ela permite

criar contextos de produção precisos, efetuar atividades ou exercícios múltiplos e variados: é isto que permitirá aos alunos apropriarem-se das noções, técnicas e instrumentos necessários ao desenvolvimento de suas capacidades de expressão oral e escrita, em situações de comunicação diversas (DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004).

Para tanto, propõe-se no projeto a construção de um roteiro para a elaboração de um podcast (que poderia ser realizado ao final da eletiva caso houvesse condições adequadas ou em outra tarefa no semestre seguinte), tendo como base as obras literárias do PAS do 2º ano do Ensino Médio, em especial os contos Pai Contra Mãe, A Igreja do Diabo, A Cartomante e O Enfermeiro, de Machado de Assis.

Considerações finais

Por todo o exposto, os pontos críticos suscitados em relação à reforma podem, de fato, permitir inferir que há intenções discutíveis por trás da proposição de uma reforma que se alia à acumulação capitalista e abre espaço para a iniciativa privada. É inegável a necessidade de que tais medidas sejam debatidas e ponderadas, para que prevaleça alguma esperança futura de melhoria efetiva para o Ensino Médio brasileiro.

Apesar disso, é válida a reflexão acerca de fatores discutíveis e anteriores à reforma, como a organização curricular e a aplicação dos conteúdos das disciplinas de modo descontextualizado e desconexo à vida cotidiana do aluno; ou, primordialmente, a realidade social desafiadora da vida de estudantes que lidam com condições econômicas e estruturais

² Uma “sequência didática” é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito. a partir do conhecimento e domínio de um gênero textual, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação (DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004).

deficitárias; a escassez de infraestrutura escolar de qualidade, com salas de aula superlotadas, falta de recursos e materiais didáticos, carência e desvalorização do corpo docente.

Com base nisso, depreende-se que é crucial resolver, sobretudo, problemas basilares para que qualquer reformulação curricular proposta possa ser eficaz. Assim, seria substancial que fossem asseguradas condições adequadas para uma vida digna e com oportunidades de desenvolvimento pessoal e acadêmico aos alunos.

No entanto, sabe-se que as exigências que tornariam isso possível vão muito além do campo educacional, por serem obstáculos consolidados que delineiam as desigualdades da estrutura social brasileira. Por isso, levando-se em conta essa realidade e o que é possível fazer dentro de seus moldes, conclui-se pela necessidade de apropriação e uso de quaisquer espaços que as reformas educacionais possam proporcionar à formação dos discentes.

Atentando-se à literatura, uma metodologia adequada pode viabilizar modos de se trabalhar o texto literário que promovam a formação de leitores ou uma apreciação do texto para além de sua relevância histórica, considerando seus aspectos estéticos, estruturais, de construção de sentido e outros. Além disso, outras habilidades relacionadas à leitura e escrita podem ser desenvolvidas por meio de práticas diversas, como no exemplo de projeto aqui apresentado — que faz uso da sequência didática, o que permite aos estudantes o apoderamento das técnicas e competências essenciais ao aperfeiçoamento de suas capacidades.

Essa responsabilidade de planejamento que recai — e já recaía —, sobre os educadores impele a estes a demanda de se pensar no aproveitamento da flexibilização curricular imposta pelo Novo Ensino Médio por meio da execução de atividades diferenciadas da aula tradicional e expositiva. Com isso somado à participação ativa dos estudantes, tenciona-se que seja plausível a construção de conhecimento de forma significativa, pertinente e contextualizada.

Referências bibliográficas

ANPED. *Manifesto do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio - Não ao retrocesso proposto pelo Ministério da Educação do Governo Temer*. Rio de Janeiro, 2016a. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/manifesto-do-movimento-nacional-em-defesa-do-ensino-medio-nao-ao-retrocesso-proposto-pelo>. Acesso em: 28 set. 2022.

ANPED. *Posicionamento sobre a Medida Provisória 746/2016 sobre o ensino médio*. [S.l], 2016b. Disponível em: https://pibid.ufsc.br/files/2016/10/nota_abdc_mp746.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

ANTUNES, Benedito. O ensino da literatura hoje. *Revista FronteiraZ*, n. 14, p. 3-17, jul. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/isabe/Downloads/Dialnet-OEnsinoDaLiteraturaHoje-5648223.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13415&ano=2017&ato=115MzZE5EeZpWT9be>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. *Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. [Convertida]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 28 set. 2022.

CASTILHO, Denis. Reforma do Ensino Médio: desmonte na educação e inércia do enfrentamento retórico. *Pragmatismo*. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/02/reforma-do-ensino-medio-desmonte-educacao-inercia.html>. Acesso em: 28 set. 2022.

CORRÊA, Shirlei de Souza; FERRI, Cássia; GARCIA, Sandra Regina de. O que esperar do Novo Ensino Médio? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 16, n. 34, p. 15-21, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1543>. Acesso em: 28 set. 2022.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. Gêneros Oraís e escritos na escola. Trad. e org. ROJO, R.; CORDEIRO, G. S. São Paulo: Mercado das Letras, 2004, p. 95-128.

GARCIA, Sandra Regina Oliveira; CZERNISZ Eliane Cleide da Silva; PIO, Camila Aparecida. 'Novo' Ensino Médio? Customização neoliberal da formação integral. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 16, n. 34, p. 23-38, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1469/1091>. Acesso em: 28 set. 2022.

IMMIANOVSKY, Charles; SCHREIBER, Ana Cristina Quintilha. Juventude e educação no Brasil: qual educação? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 16, n. 34, p. 39-51, jan./abr.

2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1486/1093>. Acesso em: 28 set. 2022.

LACERDA, Nara. Reforma do ensino médio vai dar “menos escola a quem mais precisa”. *Brasil de Fato*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/31/reforma-do-ensino-medio-vai-dar-menos-escola-a-quem-mais-precisa>. Acesso em: 28 set. 2022.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. *Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]*. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas. Acesso em: 28 set. 2022.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel; BOUTIN, Aldimara Catarina. *Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma*. Santa Maria, v. 43, n. 3, p. 521-534, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117157485009/117157485009.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

SOUZA, Fernanda Ribeiro de. *O Novo Ensino Médio: a disputa em torno de um velho projeto formativo*. Revista Internacional Educon: Sergipe, v. 2, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://grupoeducon.com/revista/index.php/revista/article/view/1233/1380>. Acesso em: 28.set.2022.

APÊNDICE A – Proposta de Unidade Curricular Eletiva

Área(s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular Eletiva/Trilha de Aprendizagem é proposto

Linguagens e suas Tecnologias

Componentes curriculares relacionados

Literatura

Código(s) dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular

(EM13LP46) Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica.

(EM13LP49) Perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura.

(EM13LP50) Analisar relações intertextuais e interdiscursivas entre obras de diferentes autores e gêneros literários de um mesmo momento histórico e de momentos históricos diversos, explorando os modos como a literatura e as artes em geral se constituem, dialogam e se retroalimentam.

(EM13LP51) Selecionar obras do repertório artístico-literário contemporâneo à disposição segundo suas predileções, de modo a constituir um acervo pessoal e dele se apropriar para se inserir e intervir com autonomia e criticidade no meio cultural.

(EM13LP53) Produzir apresentações e comentários apreciativos e críticos sobre livros, filmes, discos, canções, espetáculos de teatro e dança, exposições etc. (resenhas, vlogs e podcasts literários e artísticos, playlists comentadas, fanzines, e-zines etc.).

(EM13LGG104) Utilizar as diferentes linguagens, levando em conta seus funcionamentos, para a compreensão e produção de textos e discursos em diversos campos de atuação social.

(EM13LGG703) Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais.

(EM13LGG704) Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede.

(EM13LP01) Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/ escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações.

(EM13LP06) Analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras ou expressões e da ordenação, combinação e contraposição de palavras, dentre outros, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua.

(EM13LP11) Fazer curadoria de informação, tendo em vista diferentes propósitos e projetos discursivos.

(EM13LP12) Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas.

(EM13LP17) Elaborar roteiros para a produção de vídeos variados (vlog, videoclipe, videominuto, documentário etc.), apresentações teatrais, narrativas multimídia e transmídia, podcasts, playlists comentadas etc., para ampliar as possibilidades de produção de sentidos e engajar-se em práticas autorais e coletivas.

(EM13LP18) Utilizar softwares de edição de textos, fotos, vídeos e áudio, além de ferramentas e ambientes colaborativos para criar textos e produções multissemióticas com finalidades diversas, explorando os recursos e efeitos disponíveis e apropriando-se de práticas colaborativas de escrita, de construção coletiva do conhecimento e de desenvolvimento de projetos.

(EM13LP28) Organizar situações de estudo e utilizar procedimentos e estratégias de leitura adequados aos objetivos e à natureza do conhecimento em questão.

Estratégia de aprendizagem

Aulas orientadas;

Dinâmica de grupos;

Leitura de textos e discussões;

Ensino com pesquisa;

Estudo de texto;

Utilização de plataforma digital;

Utilização de recursos audiovisuais;

Definição e revisão de linguagem;

Recursos materiais necessários

Lista de obras do PAS e demais materiais para consulta;

Se necessário:

Sala para gravação;

Caixa de som;

Microfones/gravadores.

Como será a oferta do Itinerário Formativo?

Eletiva Orientada.

Eixo(s) estruturante(s) envolvido(s) na Unidade Curricular

Investigação Científica; Processos Criativos.

Detalhamento da Unidade Curricular Eletiva Orientada

Propõe-se aqui uma eletiva orientada que tem como objetivo integrar os campos de estudo e pesquisa e o campo artístico-literário por meio de atividades de leitura, conhecimentos literários, análise linguística/semiótica, produção de texto, e oralidade, por meio da elaboração de roteiro para podcast e possível produção deste.

A ideia inicial seria dividir as turmas em 4 grupos e cada grupo ficaria responsável por produzir os roteiros dos podcasts trabalhando um dos contos seguintes contos: Pai Contra Mãe, A Igreja do Diabo, A Cartomante e O Enfermeiro — ou outras obras literárias do PAS que se adequassem à proposta. Além de contar a história, os discentes deveriam elaborar um roteiro com o que seria abordado no episódio de cada podcast e deveriam ser incluídas suas próprias percepções e comentários, em formato livre.

Os alunos receberiam orientações dos docentes quanto à escolha dos materiais e possibilidade de elaboração do podcast ao final, que poderia ser feito pelo próprio celular em

plataformas específicas ou por materiais disponibilizados pela escola. O foco principal da eletiva deve se concentrar nas discussões a respeito dos textos e nas produções escritas e orais dos alunos a respeito durante todo o processo. Para tanto, a sequência didática trabalhada envolverá 5 oficinas (com carga horária dividida da forma que melhor se adequar ao contexto da escola): uma apresentação da proposta e do que se trata um podcast, leitura dos textos e discussões iniciais, primeira produção escrita, atividades de desenvolvimento (diversificadas e específicas para as necessidades dos alunos, intercaladas às discussões sobre os textos) e, por fim, a produção final.

Um projeto que envolve a produção de podcasts pode funcionar como incentivo à leitura e interação dos alunos entre si e com os professores. Além disso, colocar os alunos na posição de detentores e divulgadores do conhecimento gera uma nova perspectiva, por parte deles mesmos, do que são capazes de saber e produzir. Desse modo, além da divulgação dos livros literários em si, o projeto viabilizar o uso de tecnologias e contribui para a própria autoestima e interação dos alunos.

1ª etapa de oficinas (4h):

De início, deverá ser apresentado o que é um podcast; quais modelos existem e que tipos de produções podem ser feitas; qual a estruturação comum de um roteiro; como gravar um podcast de forma simples (ou a partir de materiais dispostos pela escola); e deverá ser proposto um debate sobre a importância de meios digitais para a divulgação de informações e discussões que podem ser propostas a partir da disposição de textos literários nesses espaços, com demonstração de exemplos. Nesse momento, a ideia é que os alunos reconheçam a relevância que esse tipo de produção multimídia pode ganhar e que tenham ciência do que irão trabalhar de fato. Por fim, o ideal é que seja realizada uma primeira leitura dos contos ou outros textos que serão trabalhados para a produção dos roteiros e elaboração dos trabalhos finais.

2ª etapa de oficinas (8h):

Nessa etapa, a carga horária será usada para que os textos dos contos (ou outras obras do PAS que se adequem) possam ser discutidos após a leitura prévia e para que possam ser registradas as discussões, debates e opiniões discutidas em grupos pelos alunos, bem como quaisquer reflexões que tenham sido feitas em sala. Além disso, o ideal é que os alunos realizem pesquisas e leituras de outros textos que contribuam para esse debate.

3ª etapa de oficinas (6h):

Nessa etapa, deverá ser feita a primeira produção do roteiro a partir de um planejamento inicial definindo os seguintes pontos, por exemplo:

- Destinatário;
- Qual o conto escolhido e de que forma o conteúdo será estruturado;
- Que tipo de podcast será feito;
- Duração de cada episódio;
- Plataforma de gravação;
- Linguagem adequada à proposta.

Portanto, deverá ser estruturado o primeiro roteiro com base em materiais de consulta disponibilizados pelo professor ou com base em um modelo que pode ser definido em comum entre o docente e os alunos. Os discentes devem, especialmente, elencar os assuntos que serão debatidos e de que forma serão apresentados, prosseguindo-se com os debates e registro das discussões. Sendo definidos os primeiros parâmetros para a produção do roteiro, objetiva-se que seja produzida a primeira versão.

4ª etapa de oficinas (6h):

Tendo em vista o que foi produzido, e de acordo com os principais pontos a serem melhorados, deverão ser feitas atividades de reescrita e outros exercícios diversificados. Nesse caso, podem ser propostas atividades que envolvam discussões em sala, observação e discussão de roteiros entre os grupos e identificação de pontos positivos e negativos nas produções.

É imprescindível que haja uma variação de exercícios e que sejam intercaladas aqui também quaisquer discussões que forem necessárias sobre os textos trabalhados e acrescentadas informações baseadas em pesquisas pertinentes que possam enriquecer a produção final dos alunos. A pretensão é que os discentes possam ter acesso, por meio de diferentes caminhos, às concepções e ferramentas que possam auxiliá-los em seu objetivo final.

Por fim, também é necessária a criação de um vocabulário em comum para que se possa comentar sobre as produções ao longo de todo o desenvolvimento do projeto. Além disso, para reunir as percepções adquiridas, é preciso explicitá-las numa lista ou tabela que sistematize o que foi identificado nas práticas de desenvolvimento do projeto. Essa lista pode ser construída ao longo do processo e elaborada antes da produção final, podendo ser redigida pelos discentes ou pelo professor.

5ª etapa de oficinas (6h):

Nessa etapa, será produzido o trabalho final após serem destacadas todas as melhorias a serem feitas e criada a lista de aquisições. A depender das condições dispostas pela escola, pelo professor e pela turma, pode ser feita a produção final do podcast por meio uma das plataformas de gravação e edição apresentadas. Desse modo, o aluno tem a possibilidade de colocar em prática as noções e ferramentas adquiridas em todo o processo.

Estratégias de avaliação do estudante

Avaliação somativa com base na lista de aquisições elaborada antes da produção final.

Sugestões de materiais para consulta

COSTA, Larissa. O que é um podcast? Para que serve? Conheça algumas sugestões de programas. *Brasil de Fato*. Minas Gerais, 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefatomg.com.br/2021/02/10/o-que-e-um-podcast-para-que-serve-conheca-algumas-sugestoes-de-programas>. Acesso em: 28 set. 2022.

FREITAS, Felipe. *5 sites e programas para gravar e editar seu Podcast*. [S.l], 2020.

Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/melhores-programas-e-sites-para-gravar-podcast/>. Acesso em: 28 set. 2022.

GIULIA. Como criar um roteiro de podcast bem estruturado. *Alura*. [S.l], 2020. Disponível em: <https://www.alura.com.br/artigos/como-estruturar-um-roteiro-para-podcast>. Acesso em: 28 set. 2022.

LEITE, Débora. *Podcast: como fazer um roteiro?* [S.l], 2020. Disponível em:

<https://benettoncomunicacao.com.br/pt/blog/podcast-como-fazer-um-roteiro-1522/>. Acesso em: 28 set. 2022.

MAZZEU, Fábio. *Como criar roteiro para podcast: passo a passo*. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://feedgurus.com/criar-roteiro-para-podcast/>. Acesso em: 28 set. 2022.

O QUE É PODCAST. [S.l.:s.n], 2016. 1 vídeo (2 min). *Publicado pelo canal Conexão Jovem*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tfTf8LZZX0M&t=1s>. Acesso em: 28 set. 2022.

WEBBER, Laís. Tipos de podcast: quais formatos e abordagens utilizar. *Apoia.se*. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://blog.apoia.se/tipos-de-podcast/>. Acesso em: 28 set. 2022.

Referências bibliográficas

ASSIS, Machado de. *A Cartomante*. Pará: Núcleo de Educação a Distância, [20--]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000181.pdf>. Acesso em 28 set. 2022.

ASSIS, Machado de. *A Igreja do Diabo*. In: *Volume de contos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1884. Edição eletrônica produzida pela Costa Flosi Ltda. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000195.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

ASSIS, Machado de. *O Enfermeiro*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Edição eletrônica produzida por A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro/USP. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000265.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

ASSIS, Machado de. *Pai Contra Mãe*. São Paulo: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro/USP, [20--]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.